10.° CONEX – Apresentação Oral – Resumo Expandido

ÁREA TEMÁTICA:

( ) COMUNICAÇÃO
( ) CULTURA
(X) DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
( ) EDUCAÇÃO
( ) MEIO AMBIENTE
( ) SAÚDE
( ) TRABALHO
( ) TECNOLOGIA

APICUM-AÇU: VIDA E CIDADANIA PROJETO RONDON 2012

Apresentador 1 Denival Luís de Oliveira

Autor 2 Beatriz Fernandes Correia

Autor 3 Adelaine Ellis Carbonar dos Santos

Autor 4 Denival Luís de Oliveira

RESUMO – O presente trabalho relata o empenho que dezoito alunos e três professores das Universidades Estaduais de Ponta Grossa e de Campinas dedicaram ao Projeto Rondon, durante a Operação Pai Francisco no mês de janeiro de 2012. Desenvolvida em um município no norte do Estado do Maranhão denominado Apicum-Açu, a 9 horas de viagem de São Luiz, 3 via marítima e 6 via terrestre. A equipe da Universidade Estadual de Ponta Grossa realizou no município de Apicum-Açu, juntamente com a equipe da Universidade de Campinas – São Paulo, ações voltadas principalmente às áreas de cultura, direitos humanos e justiça, educação e saúde, trabalho, tecnologia e meio ambiente. Nas ações expostas no presente trabalho especificamente os alunos da UEPG trataram de problemas de ordem constitucional relacionados aos direitos e garantias fundamentais devido a falta de efetivação da norma, conhecimento do seu contexto e aplicação a luz do direito constitucional do que seja a função pública no município. Buscamos com o presente texto relatar um pouco, apenas uma amostra, dos obstáculos que a população do Município e do Estado é obrigada a superar cotidianamente. Este relato construiu-se através de observações e de depoimentos de moradores mais antigos inclusive de comunidades mais distantes como é o caso dos moradores da Ilha de Lençóis a 5 horas de barco do Continente. Estabelecemos relações com a população de Apicum-Açu, as quais nos proporcionaram uma experiência nunca antes vivida nos bancos acadêmicos, mesmo os professores já consagrados e com larga experiência em projetos de extensão sentiram-se tocados pelas condições de vida dos brasileiros que lá encontramos. Por meio dessa lição de vida dada pelo povo maranhense esperamos lapidar a nossa formação superior, adornando-a com o brilho da responsabilidade social.

PALAVRAS CHAVE – Projeto Rondon, Apicum-Açu, missão, cidadania.

1- Acadêmico do 4º ano de Direito da UEPG. E-mail: denival_oliveira@hotmail.com

2- Acadêmica do 4º ano de Pedagogia da UEPG. E-mail: bia_cherpinski@hotmail.com

3- Licenciada em Biologia pela UEPG. E-mail: ade_carbonar1@hotmail.com

– Apresentação Oral – Resumo Expandido

Introdução

Dia 19 de janeiro de 2012, expectativa total em relação à viagem, chegou o dia. Hoje às 14h30min, começa mais uma das grandes aventuras das nossas vidas, se não a maior com certeza a mais útil e significativa. Pois hoje começamos na pratica a entender porque o Projeto Rondon é uma lição de vida e de cidadania. Às 14h30min a equipe de acadêmicos da UEPG iniciou seu deslocamento de Ponta Grossa no Paraná para São Luiz no Maranhão, às 16hs, chegamos ao aeroporto de Curitiba, às 19h15min, embarcamos de Curitiba para o aeroporto de Guarulhos em São Paulo, ansiedade e felicidade estampadas no rosto de cada um. Apesar de não se conhecerem já se tratavam como família, uma família unida pelos laços do conhecimento e da responsabilidade. Assim começou para oito alunos e dois professores a missão da UEPG no Projeto Rondon 2012 (1º semestre) a Operação Pai Francisco foi realizada no Estado do Maranhão que conta com 6.574.789 habitantes distribuídos em uma área total de 331.935,507 km², o Maranhão possui 217 municípios dentre os quais, 23 participaram do Projeto Rondon como sede (IBGE 2010). A Operação Pai Francisco foi realizada no Norte do Estado - compreendendo as cidades de Alcântara, Apicum Açu, Bacuri, Cajapió, Cajari, Carutapera, Guimarães, Luís Domingues, Peri Mirim, Presidente Sarney e São Vicente Ferrer. A Operação Pai Francisco ocorreu entre os dias 20 de janeiro a 5 de fevereiro de 2012. E foi desenvolvida segundo as premissas do Projeto Rondon que divide a extensão acadêmica em conjunto “A” e conjunto “B”, a UEPG fez parte do conjunto “A” ficando responsável pelas áreas de Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação e Saúde. E a UNICAMP que junto com a UEPG, formou a força tarefa Apicum-Açu, fez parte do conjunto “B” responsável pelas áreas de Meio Ambiente, Trabalho e Tecnologia, O Município de Apicum-Açu onde foram desenvolvidas as ações de inclusão à cidadania pela UEPG e UNICAMP, abrange uma área total de 353,164 Km², possuindo 14.959 habitantes. Apicum Açu limita-se ao Norte com o oceano Atlântico; a Leste com o município de Cururupu; a Oeste com o município de Bacuri. É uma cidade jovem, instalada no ano de 1997 com o IDH de 0,565.

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

Na área de direitos humanos e justiça o projeto teve como foco orientar e esclarecer os secretários municipais, conselheiros, professores e servidores da prefeitura capacitando-os para exercerem suas funções de forma a atender as necessidades da comunidade de acordo com as reais possibilidades do Município de Apicum-Açu, para que o objetivo de todos esteja voltado à efetivação dos direitos e garantias fundamentais prescritos nos Artigos 5º, 6º e 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, no que tange ao exercício dos direitos e deveres individuais e coletivos, e ainda dos direitos sociais. Posto que na maioria dos litígios verificados no Judiciário a motivação do autor dá-se em razão de desrespeito a um direito ou a uma garantia fundamental, seja ela individual ou coletiva, ocasionado por desconhecimento do texto constitucional. As atividades de

responsabilidade da UEPG, foram realizadas no Centro de Educação Fundamental e Médio Joaquim Amado. As oficinas de Atuação dos Conselhos Municipais, Diga sim a Vida e não as Drogas, Cidadania e Direitos Fundamentais e Por Dentro da Previdência Social. Desenvolvidas pelos acadêmicos de Direito e Serviço Social, tendo como público alvo secretários municipais, conselheiros, professores e servidores da prefeitura. E também em sedes de secretarias municipais como da agricultura e da ação social e comunidades da zona rural como Itererê, Itererezinho. Das quais passaremos a abordar as oficinas de atuação dos conselhos municipais e de cidadania e direitos fundamentais.

OFICINAS DESENVOLVIDAS:

OFICINA 1 - ATUAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS;

Objetivo Proposto e Metodologia;

Nesta oficina voltada para os direitos sociais, Artigo 6º e 7º da Constituição da República, o objetivo dos acadêmicos do Serviço social e de Direito foi conscientizar o público participante (conselheiros, professores e servidores públicos municipais) de que os direitos sociais da comunidade são deveres individuais dos gestores da coisa pública. O que foi feito de forma seriada em três oportunidades em oficinas abertas ao público alvo e uma oficina restrita aos secretários municipais a pedido da Prefeitura de Apicum-Açu. Nas oficinas abertas os direitos sociais foram divididos e passados em três módulos o que facilitou a compreensão dos participantes, dado a continuidade dos temas abordados pela equipe e os temas sugeridos pela comunidade.

Durante a série de oficinas foram realizadas dinâmicas para que a equipe de acadêmicos pudesse traçar o perfil da Cidade em relação a suas deficiências sociais e assim estabelecer metas a serem cumpridas. Uma das dinâmicas utilizadas foi a confecção de cartazes nos quais cada conselho deve representar graficamente os problemas verificados na cidade relacionados a sua área de atuação. Os conselhos elegeram entre seus membros um orador e um responsável pelo desenho do mapa onde identificariam suas deficiências. Cada orador teria o tempo de cinco minutos para expor suas dificuldades indicadas no mapa e se entendesse possível, apontar soluções a curto e médio prazo.

Resultados Alcançados;

Ao final das oficinas o público alvo, secretários municipais, conselheiros, professores e servidores da prefeitura, entenderam que também são gestores da coisa pública e não apenas porta vozes das necessidades sociais da comunidade que representam. Que não estão subordinados ao poder político do Executivo Municipal e sim alinhados a ele em pé de igualdade por força do interesse público e da função social que devem nortear suas ações. Entenderam porque não devem transformar a função de conselheiro em um degrau para um cargo político, esse tipo de conduta desvirtua o conselho e enfraquece a comunidade. Os participantes demonstram aptidão para de fato tornem-se multiplicadores dos direitos sociais prescritos na Constituição da República, no sentido de impor aos poderes Executivo e Legislativo municipais a sua real responsabilidade política com a comunidade.

OFICINA 2 - CIDADANIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS;

CIDADANIA;

Objetivos;

Mostrar a comunidade como podem ser iguais e diferentes ao mesmo tempo e pelo mesmo dispositivo legal. Que cidadania vai além da urna eletrônica e da obrigação de servir o Exército. Que ser cidadão não é apenas exigir, mas é também contribuir. Que cidadania não se ganha na sorte, mas se conquista na luta do dia-a-dia. Que a cidadania esta em todo lugar, na condução que tomamos para o trabalho, na inscrição para o concurso público, na separação e reciclagem do lixo, na notícia que lemos no jornal, na vaga da escola perto de casa, no carimbo do passaporte. Enfim que a cidadania esta na relação do individuo com o Estado e manifesta-se de várias formas.

DIREITOS FUNDAMENTAIS;

Objetivos;

Esclarecer a comunidade de que para cada direito individual, coletivo ou social existe um dever político. Que direitos fundamentais são inalienáveis e tutelados pelo Estado de forma objetiva e que em razão disso o cidadão, destinatário da norma constitucional pode usufruir, mas não pode dispor desses direitos. Que os direitos fundamentais estão consolidados como números fechados pelo princípio da dignidade da pessoa humana. E que são o patrimônio mínimo necessário para se exercer a cidadania de forma plena, pois sem a garantia dos direitos fundamentais não há cidadania.

Metodologia;

Os acadêmicos de direito da UEPG, iniciaram a conversa com a plateia, composta em sua maioria por professores da rede municipal de ensino, alguns com curso superior, apresentando-se (nome, curso, IES, cidade, estado) em seguida abordam os direitos e garantias fundamentais prescritos no caput do Artigo quinto da Constituição da República, a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade. E os direitos sociais prescritos no caput do Artigo 6º da Constituição da República, A educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados. Abre-se um espaço para que os participantes esclareçam aos acadêmicos qual é a realidade local destes direitos, como o município responde à demanda da comunidade.

Em seguida foi feita rápida referencia a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1948, então dividiu-se os participantes em cinco equipes que receberam as orientações. Para o desenvolvimento do trabalho proposto em grupo, os participantes elegeram um coordenador e um relator. Neste momento é importante deixar que o grupo organize-se sozinho, sem auxilio. Após essa abordagem foi feito um breve relato histórico sobre a Declaração dos direitos do homem e do cidadão. São formados 5 grupos, sendo que cada equipe fará a representação de um dos direitos fundamentais. Cada grupo tem a responsabilidade de confeccionar um painel com imagens ou palavras que representem um dos Direitos Fundamentais, a saber, direito à: vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade. Na sequência, o relator fará apresentação da composição feita pelo grupo

posicionando-se de frente para os participantes de maneira a todos poderem interagir.

Terminadas as apresentações iniciou-se uma discussão com as equipes sobre os direitos humanos e a cidadania, esclarecendo que o caminho à cidadania obrigatoriamente passa pelos direitos humanos. E que não se pode exercer cidadania sem conhecer os seus direitos e deveres como cidadão. Só é visto pelo sistema político social quem exercita seus direitos ainda que nas atividades mais corriqueiras do dia-a-dia, desde pedir a nota fiscal, até esperar sentado o atendimento bancário.

Resultados Alcançados;

O público alvo assimilou que cidadania adquire-se com o exercício de direito e garantias fundamentais para tanto é preciso conhecer o texto constitucional (Artigos 5º e 6º), mas de forma pratica, no cotidiano de cada um, ligando suas atividades ao texto dos Artigos. Conhecer é a condição mínima para não ser excluído do sistema político, o conhecimento de seus direitos faz com que a pessoa acompanhe e fiscalize o que esta sendo feito pelos gestores públicos, para que ela tenha acesso a estes direitos. Os participantes se conscientizaram de que não basta o direito estar no papel é preciso que o programa da norma de fato aconteça na vida das pessoas, caso contrário terão um texto constitucional sem contexto. Ou seja, a vontade do constituinte originário não pode ser letra morta. A letra constitucional deve estar sempre viva na consciência cidadã de todos para que sejam multiplicadores dos princípios constitucionais.

Considerações finais

A experiência adquirida pelos alunos e professores da UEPG e da UNICAMP no Projeto Rondon é única tal qual a impressão digital de cada um, impossível de se trocar, o que se aprende num projeto de extensão da envergadura do Projeto Rondon, não se troca. São valores levados para toda a vida e não há como substituí-los dado a sua exclusividade. Esses mesmos valores que na ida são expectativa, na permanência são trabalho, na volta transformam-se em projeto de vida e mudam completamente a perspectiva de cada aluno em relação ao seu curso. O aluno passa a ser mais pratico e menos teórico, começa a sentir na pele o verdadeiro significado da função social, e da importância do seu curso superior para a comunidade. A atuação da equipe composta pela UEPG e pela UNICAMP no Município de Apicum-Açu/MA, mostrou aos alunos as dificuldades e os conflitos de brasileiros para exercer a cidadania plena, o que não é comum em sua região de origem. O choque social e as diferenças de comportamento chegaram a causar indignação nos alunos ao tentarem alinhar o conhecimento acadêmico com a realidade maranhense, essa indignação é o retrato do Brasil, que não se encontra nos livros, mas sim nos olhos e no tom de voz de quem a vive dia-a-dia em sua comunidade. Na intensidade do envolvimento com o povo maranhense uma acadêmica afirmou “eles são pobres em tudo e nós somos ricos em tudo”. Ela se refria as dificuldades que a população encontra para exercer a cidadania de forma a ver seus direitos efetivados. Como resultado das pesquisas feitas pelos alunos em diversas áreas constatou-se que existe no Estado do Maranhão uma força política estranha à dignidade humana dos maranhenses. A qual atua de forma ostensiva junto aos Prefeitos do interior do Estado, ditando regras, impondo cotas de participação na política e cobrando resultados nas urnas, os quais devem ser dirigidos pelos Prefeitos. Que o fazem com mãos de ferro em seu Município, caso contrário estarão excluídos do colégio eleitoral maranhense. Em nossas pesquisas nas áreas do direito chagamos a identificar situações absurdas como a falta de pagamento do décimo terceiro salários aos funcionários públicos municipais, a falta de leis municipais

para oficializar os conselhos que já atuavam no município, com a justificativa de que não se deveria dar muito poder aos conselheiros, dentre outras. Essa missão comprovou que os alunos de cursos superiores no Brasil, a exemplo de países desenvolvidos, estão mudando seu perfil, antes eles só aprendiam o conhecimento científico, agora eles aprendem e sentem o conhecimento científico. Sentir na pele participando do meio onde a carência existe é a melhor maneira de reter o conhecimento. E a vitrine dos sentimentos acadêmicos esta na extensão. Constatamos com a força tarefa Apicum-Açu que esta crescendo entre a comunidade acadêmica brasileira a necessidade de espaço para a cognição emocional, pois a cognição racional já não é mais suficiente para atender as demandas de um mundo globalizado que apresenta novos desafios todos os dias. Onde o que acontece lá influencia cá. A cognição emocional do seu curso superior faz com que o aluno deixe de ver o canudo como uma oportunidade de elitizar-se e passe a vê-lo como uma oportunidade de integrar-se a sua comunidade, fazendo a diferença com o seu conhecimento, na vida de quem precisa ser visto e respeitado como cidadão. O canudo entregue na formatura não é uma redoma é responsabilidade social. Deixar de ser um número e passar a ser um cidadão é o sonho de todos os brasileiros, em especial dos nordestinos, que ainda veem a cidadania como uma utopia, não por que eles querem, e sim porque sua visão é ofuscada ou até mesmo impedida, pelo poder econômico e politiqueiro de famílias que ainda vivem no sistema patriarcal, onde a voz de um é a voz de Deus. Para nós que estivemos lá, fica a impressão de que no Estado do Maranhão ainda não ecoou o grito as margens do Ipiranga, tamanha são as mazelas que mantém todo o lindo povo maranhense cativo de meia dúzia de oportunistas que se pretendem políticos e se dizem salvadores da pátria. No Museu da República no Rio de Janeiro esta escrito (A Constituição é a voz e a letra do cidadão). Entretanto, para os brasileiros que vivem a realidade nordestina, ela é apenas a letra,e letra morta, sem efetividade, sequer eficácia. Devido aos absurdos da falta de vontade política, que lá já se tornaram rotina. A população aceita por desconhecer seus direitos e não os conhece porque não tem acesso a educação. Na pratica no interior do Estado do Maranhão não existem universidades estaduais públicas, somente as federais na capital São Luiz. Onde não por acaso a família do patriarca maranhense nascido no Município de Pinheiros, não ganha uma eleição. De fato, só a educação liberta. A “elite” política maranhense desconhece o preâmbulo da Constituição da República e se o conhece, por critério de exclusão não aplica parte dele aos brasileiros nascidos no Maranhão, qual seja, “um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direito sociais e individuais”. A função de uma Instituição de Ensino Superior é o ensino, a pesquisa e a extensão, e é justamente através da extensão que as universidades conseguem mudar a realidade das comunidades cumprindo sua função social. O Projeto Rondon tem por lema “lição de vida e de cidadania”, ao término da Operação Pai Francisco com o agradável sentimento do dever cumprido materializado no recebimento do certificado do Ministério da Defesa, dando a cada um o titulo de Rondonista, os dezoito alunos da UEPG e da UNICAMP, refizeram o lema. Projeto Rondon,é lição de cidadania para quem o recebe e lição de vida para quem o executa.